

Informação

Projeto de Resolução n.º 426/XIII/1.^a
(PCP)

Discussão ocorrida nos
termos do artigo 128.º
n.º 1 do RAR, em
reunião da Comissão de
26/6/2019

Comissão de Economia, Inovação e Obras Públicas

1. Um Deputado do Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português tomou a iniciativa de apresentar o Projeto de Resolução (PJR) n.º 426/XIII/1.ª (PCP), ao abrigo do disposto na alínea b) do artigo 156.º (Poderes dos Deputados) da Constituição da República Portuguesa e da alínea b) do n.º 1 do artigo 4.º (Poderes dos Deputados) do Regimento da Assembleia da República (RAR).
2. A iniciativa deu entrada na Assembleia da República a 7 de julho de 2016, tendo sido admitido no mesmo dia, data na qual baixou à Comissão de Economia, Inovação e Obras Públicas.
3. O Projeto de Resolução n.º 426/XIII/1.ª (PCP) foi objeto de discussão na Comissão de Economia, Inovação e Obras Públicas, em reunião de 26 de junho de 2019.
4. A discussão do Projeto de Resolução (PJR) n.º 426/XIII/1.ª (PCP) ocorreu nos seguintes termos:

O Senhor Deputado João Dias (PCP) apresentou o projeto de resolução, lembrando que se tratava de uma ideia de aproveitamento útil da Base Aérea de Beja desde a década de 90 do século passado, tendo referido a complexidade deste processo. Realçou que o sucesso de um aeroporto não podia ser medido apenas pelo número de passageiros transportados, porque serve para muito mais do que isso, sendo um projeto fundamental para o desenvolvimento da região. Considerou que o aeroporto não podia ser um problema mas sim uma solução para uma região tão carenciada de investimento e que quem tinha responsabilidades governativas não podia permitir que este investimento esteja abandonado. Concluiu, dando conta dos termos da justificação de motivos.

Usaram da palavra, a este respeito, os Senhores Deputados Paulo Rios de Oliveira (PSD), Heitor de Sousa (BE) e Pedro do Carmo (PS).

O Senhor Deputado Paulo Rios de Oliveira (PSD) afirmou que o PSD se revia na forma como era exposta esta iniciativa e que valorizava a importância do tema e a importância estratégica deste aeroporto, onde foi feito tanto investimento e que tarda

Comissão de Economia, Inovação e Obras Públicas

em ser um polo económico de relevância para a região. Concluiu, informando que o PSD acompanhava as conclusões da iniciativa.

Pelo Senhor Deputado Heitor de Sousa (BE) foi referido que tinha reservas, porque a proposta resolutiva não continha algo que entendia ser importante. Considerava que o aeroporto de Beja tinha importância estratégica para a região, a qual se relacionava também com as respetivas acessibilidades, nomeadamente a ferroviária, que esta iniciativa não abarca. Fez referência a uma iniciativa legislativa do BE que contemplava estas acessibilidades. Do ponto de vista regional, afirmou, um aeroporto no interior do Alentejo tem de ter uma dimensão um pouco maior do que aquela que está incluída no conceito de aeroporto indústria, porque não se pode pensar numa infraestrutura aeroportuária apenas para as mercadorias, mas também para as pessoas, podendo ser um aeroporto alternativo, nomeadamente para voos que não conseguem aterrar em Lisboa e em Faro.

Por sua vez, o Senhor Deputado Pedro do Carmo (PS) considerou que para a região se tratava de um bom investimento público e tinha sido uma boa decisão e que o investimento existia graças ao empenho dos governos socialistas. Defendeu que o seu sucesso tinha sido muito prejudicado pelo Governo PSD/CDS-PP, quando privatizou a ANA, sem terem sido acautelados os interesses daquele aeroporto. Considerou que o aeroporto de Beja tem dado sinais e motivos de orgulho, tendo referido o investimento superior a 30 milhões de euros e criação de 150 postos de trabalho pela High Fly, que estava a construir a sua sede em Beja. Informou também que este aeroporto teve um impacto de 7000 dormidas a mais nos hotéis de Beja em 2016. Referindo-se às acessibilidades, afirmou que só agora, no Plano Nacional de Investimentos, estava contemplada a eletrificação da linha Beja-Casa Branca, com ligação ferroviária ao aeroporto, e a conclusão do IP8. Reiterou que as decisões tinham sido tomadas no momento certo e foi um bom investimento público, que foi penalizado por um governo que abandonou o interior do país. Considerou que o PCP tem vindo reiteradamente trazer este assunto para discussão e apresenta estas propostas por oportunismo político.

Tornou a usar da palavra o Senhor Deputado João Dias (PCP) para encerrar a discussão, afirmando que importava que se conseguisse valorizar este investimento e passar de um problema para uma solução. Esclareceu que esta iniciativa não contemplava as acessibilidades ferroviárias ou rodoviárias, mas o PCP já tinha visto

Comissão de Economia, Inovação e Obras Públicas

aprovado nesta Legislatura um projeto de resolução sobre a modernização da via ferroviária Casa Branca-Beja-Funcheira, passando pelo aeroporto. Considerou que, olhando para a região e a sua localização estratégica, fazia todo o sentido que o perfil desta infraestrutura fosse o de aeroporto indústria, não descartando passageiros. Expressou concordância com o Deputado Pedro do Carmo quanto às consequências da privatização da ANA e afirmou que a Vinci preferia apostar nos aeroportos de Lisboa. Considerou que o Governo também tinha responsabilidade porque no PNI 2030 não tinha reservado verba para este aeroporto. Concluiu, lembrando que este projeto de resolução tinha sido apresentado na 1.ª sessão legislativa e que o Governo nada tinha feito pelo Alentejo nos últimos quatro anos.

5. Realizada a sua discussão, a qual foi objeto de gravação e pode ser consultada na página da iniciativa na Internet, remete-se esta Informação a Sua Excelência o Presidente da Assembleia da República, nos termos e para os efeitos do n.º 1 do artigo 128.º do Regimento da Assembleia da República.

Assembleia da República, em 3 de julho de 2019

O PRESIDENTE DA COMISSÃO



(HÉLDER AMARAL)